



## **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**

**Vanêssa Lima do Nascimento:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Annie Gomes Redig:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Eixo Temático 17:** História da Educação Especial

**Categoria:** Comunicação Oral

### **RESUMO:**

Este artigo visa apresentar a trajetória histórica da Educação Especial no Município de Queimados, Estado do Rio de Janeiro, partindo do período da Emancipação, onde a Educação não tinha seu olhar voltado para as pessoas com deficiência. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, onde a análise dos dados coletados foi realizada por meio da análise documental, política do Município de Queimados e relatos dos profissionais da Secretaria Municipal de Educação. Essa pesquisa mostrou as modificações que ocorreram no município de Queimados ao longo dos anos e as ações que proporcionaram o acesso e a permanência da pessoa com deficiência na escola. Tais como a criação das Classes Especiais, das Salas de Recursos, do CAEEQ (Centro de Atendimento Educacional Especializado de Queimados), a contratação dos Cuidadores escolares e Intérpretes de Libras e a implementação do PEI (Plano Educacional Individualizado). Atualmente a Inclusão é realidade nas escolas do Município de Queimados, que continua buscando meios para aprimorar o atendimento às pessoas com deficiência.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Educação Especial; Município de Queimados; Inclusão.

### **INTRODUÇÃO:**

Embora a inclusão seja um dos temas mais abordados na atualidade, a trajetória histórica da Educação Especial no Brasil é marcada por fases onde as pessoas com deficiência eram postas à margem da sociedade. Sassaki (1997), classifica esse período em: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. O autor relata que, na fase da exclusão as pessoas com deficiências eram ignoradas, rejeitadas, perseguidas e exploradas, pois não havia nenhuma forma de atenção educacional.

Na fase da segregação institucional, começam as inquietações com relação ao desenvolvimento educacional das pessoas com deficiência, dessa forma surgem às



primeiras escolas especiais. Porém, os atendimentos pedagógicos ainda estavam atrelados à saúde. Já na fase seguinte, da integração, Sassaki (1997) relata que acontece a proliferação das classes especiais nas escolas de ensino regular. No entanto, os deficientes precisavam estar em classes à parte, pois acreditava-se que assim não atrapalhariam o ensino dos demais.

Ainda de acordo com Sassaki (1997, p.43)

Algumas pessoas utilizam as palavras integração e inclusão, já em conformidade com a moderna terminologia da inclusão social, ou seja, com sentidos distintos - a integração significando 'inserção da pessoa deficiente preparada para conviver em sociedade' e a inclusão significando 'modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

O período de exclusão dá lugar a Educação Inclusiva, que pode ser definida como “a prática da inclusão de todos - independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21). Contudo, é preciso ter em mente que a inclusão é um processo incessante que precisa ser continuamente revisto, contribuindo assim para a redução das desigualdades sociais.

Na Lei 13.146/15 (BRASIL, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu Capítulo IV, Art. 27 determina que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Um sistema educativo que preconiza a inclusão é benéfico a todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, pois conduz à prática de uma sociedade mais democrática baseada no respeito às diferenças. A entrada da



pessoa com deficiência na escola, apresentando as mais diversas necessidades educacionais, representa um marco social, fruto de uma conquista histórica.

Essa pesquisa apresentará a trajetória histórica da Educação Especial no Município de Queimados, localizado no Estado do Rio de Janeiro. Para compreender melhor como ocorreu à implantação dessa modalidade de ensino e as modificações sofridas ao longo dos anos, partiremos do período onde o município ainda não tinha sido emancipado nem a Educação possuía seu olhar voltado para as necessidades especiais de seus munícipes com deficiência. Atualmente a inclusão escolar já é realidade no município que vem se desenvolvendo, no entanto, ainda busca meios de aprimorar cada vez mais no que tange ao atendimento dos alunos com deficiência.

#### **METODOLOGIA:**

Para atender aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso (ANDRÉ, 2013). Para tal, utilizou-se a pesquisa documental, que segundo André (2013, p.100) “documentos são muito úteis nos estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação dos dados”. Nessa direção, Ludke e André (1986), acrescentam que a análise documental se constitui de uma técnica importante na pesquisa qualitativa, no complemento de informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos inéditos de um tema ou problema.

No caso dessa pesquisa, as informações referentes ao período de emancipação do Município de Queimados, no ano de 1990 e da trajetória da Educação Especial, de 1995 até 2018, tem como fonte um histórico produzido pela Secretaria Municipal de Educação no ano de 2002 e o Plano Municipal de Educação organizado em um documento discutido e analisado na 1ª Conferência Municipal de Educação de Queimados (realizada no ano de 2009). Utilizaremos também dados do censo 2010 disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).



Entretanto, foi preciso complementar os dados. Então, foram coletados relatos dos profissionais do setor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Queimados. Os relatos foram coletados por meio de entrevistas não estruturadas ou assistemáticas no ano de 2018. Esse tipo de entrevista que consiste em afirmativas, conversas ou respostas espontâneas do entrevistado, não previamente dirigidas pelo pesquisador (GLAT, 2008).

Para Manzini (2008) a entrevista pode ser utilizada como forma única para a coleta de dados, ou de maneira secundária, para complementar informações. Para ele (MANZINI, 2008, p.8, grifo do autor) “é certo que o pesquisador que irá coletar informações por meio de entrevista terá um dado de natureza muito particular: a *versão sobre um evento ou fato*”. Então, os dados obtidos pelas entrevistas expressam opiniões, concepções e descrições informadas pelos participantes. A entrevista é um momento de interação social, visto que é desenvolvida por meio de um diálogo entre os envolvidos.

Sendo assim participaram da pesquisa três funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Queimados, cujas funções eram: Implementadoras Pedagógicas.

Assim, após a leitura de todo material coletado, a análise dos dados realizou-se a partir da triangulação das fontes. De acordo com Pletsch (2010, p.151) “o entrecruzamento e a comparação entre os diferentes registros e fontes de dados, denominada triangulação, serviu para checar e validar os dados obtidos, para comparar e estabelecer relações entre as informações coletadas”. Sendo assim, a triangulação das fontes permitiu a análise dos dados coletados, por meio da análise documental, política do Município de Queimados e relatos dos profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

### **A Educação Especial no município de Queimados: da Emancipação à Inclusão**

Queimados é um município da Baixada Fluminense na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, possui uma área ocupada: 75.695 Km<sup>2</sup> (urbana e



rural), uma população em 2010 de 137.962 habitantes (IBGE, 2010) e um Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM de 0,680.

A luta pela emancipação começou na década de quarenta, através da iniciativa de grupos restritos e cresceu na década seguinte, ganhando adesões e participações individuais. Foi nos anos cinquenta, que esse movimento ganhou força, com proposição sólida de independência, encaminhada pela Sociedade Pró-Melhoramentos de Queimados.

O então Distrito pertencia ao município de Nova Iguaçu e dois fatores contribuíram para sua emancipação: as emancipações de Duque de Caxias (1943) e de Nilópolis (1947), ambos pertencentes à Nova Iguaçu e a nova divisão administrativo-judiciária do Estado do Rio de Janeiro (1944), que subtraiu parte do solo queimadense. (FILHO; COSTA, 2014)

Em 1980, o censo já registrava uma população de 94.662 habitantes, com várias indústrias e importante centro comercial já instalado. Os bairros continuavam abandonados, o que provocou o estado de calamidade pública devido as fortes chuvas em 1981. Surge em 27 de novembro de 1989, a AAPQ – Associação dos Amigos para o Progresso de Queimados. De posse de várias informações e documentos, e já com a experiência adquirida na derrota anterior, os emancipacionistas conseguiram acompanhar de perto todo o processo que culminou com o plebiscito de 25 de novembro de 1990. Dos 57.465 eleitores habilitados, 35.921 atenderam ao chamado e 35.120 disseram “SIM” e em 21 de dezembro de 1990 foi criado o Município de Queimados, após a assinatura do Governador Moreira Franco.

Ao longo desses anos, muitas mudanças também ocorreram na área da educação. Alguns dados relevantes sobre a educação no município de Queimados são relacionados por Manoel (2013,p.86):

Quando a cidade se emancipou, a nova Prefeitura herdou 14 escolas antes pertencentes ao Município de Nova Iguaçu e naquele mesmo ano municipalizou uma escola estadual e inaugurou mais duas, totalizando 17 unidades sob a nova administração. Entre 1993 e 2004 a Secretaria Municipal de Educação ampliou a rede de 14 para 27 unidades, realizando ainda reformas e ampliações de escolas já existentes e expandindo significativamente a oferta de vagas para o Ensino Fundamental, já que



como Município, a população escolar de Queimados também crescia significativamente.

A rede de ensino municipal atende hoje aproximadamente 13.000 alunos da educação infantil ao Ensino Fundamental, regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conta com 33 escolas, três creches próprias e duas creches conveniadas, além de várias instituições de ensino particular e estadual. Segundos dados do IBGE o IDEB observado em 2015 foi de 4,4 – Anos iniciais e 3,3 – Anos finais do ensino fundamental.

A Secretaria de Educação de Queimados implantou a Educação Especial no Município em 20 de junho de 1995 (PME, 2009). Em 1994, já existiam registros de 62 pessoas com deficiência cadastradas no município. Eram 38 crianças do sexo masculino e 24 do sexo feminino, com idades de 4 a 14 anos. Sendo que 35 dessas pessoas encontravam-se fora da sala de aula e 27 matriculadas. Não há dados precisos de onde estudavam.

A implantação da Educação Especial ficou marcada com a criação de duas classes especiais na Escola Municipal Metodista de Queimados tendo oito alunos matriculados em uma turma e quatro na outra. As classes especiais faziam parte da escola de ensino comum, em espaço físico e modulação adequada para atendimento às necessidades educacionais dos alunos que apresentavam dificuldades acentuadas de aprendizagem e/ou condições de comunicação, mobilidade e acessibilidade diferenciadas, necessitando de suporte e apoio com mais intensidade e continuidade. Em 1997, duas especialistas (uma psicóloga e uma fonoaudióloga) integraram a equipe da Escola Municipal Metodista de Queimados para atendimentos clínicos aos alunos das classes especiais. Em 1998 foi inaugurada a primeira sala de recursos do município.

Entre 1995 a 2001, houve a inauguração e o funcionamento do Posto Avançado da Pestalozzi do Brasil na Escola Municipal Maria Corágio Pereira Xanchão, prestando atendimento multidisciplinar (fonoaudiológico, psicológico, psicopedagógico e de serviço social) aos alunos da rede municipal que apresentavam algum tipo de dificuldade de aprendizagem e suas consequências.



Em 1999, iniciou-se o atendimento da Educação Especial na Escola Municipal Vereador Carlos Pereira Neto, com uma classe especial com onze alunos matriculados. Até então, o atendimento pedagógico ofertado aos alunos com deficiência neste município, era realizado nas classes especiais.

Em 2001, a Escola Municipal Vereador Carlos Pereira Neto, recebeu a sua sala de recursos. Ressalta-se que as salas de recursos fazem parte do atendimento educacional especializado (AEE) política pública da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que visa o suporte pedagógico especializado aos alunos incluídos no ensino regular (BRASIL, 2008, 2009).

Nesse mesmo ano a Escola Municipal Metodista de Queimados ampliou o atendimento, recebendo mais uma sala de recursos devido ao aumento da demanda de alunos com deficiência matriculados no município. No ano de 2007, essa mesma escola recebeu uma classe especial para deficiente visual, que permaneceu até 2010.

Sobre o serviço de itinerância, este foi iniciado em 2006, permanecendo até os dias de hoje. Professores especializados visitam as escolas periodicamente para oferecer orientação e supervisão pedagógica aos professores das classes comuns e ETAP (Equipe Técnica, Administrativa e Pedagógica) em relação ao atendimento aos alunos com deficiência incluídos na escola.

Desde que foi iniciada a Educação Especial na rede municipal, os encontros com os responsáveis eram realizados mensalmente com a denominação “grupo de reflexão”. Tais encontros tornaram-se espaços coletivos de oportunidades de expressão de sentimentos, de escuta e de crescimento pessoal. Os alunos também participavam de passeios, eventos culturais, desportivos e mesmo visitas a outras instituições.

A SEMED (Secretaria Municipal de Educação) já oferecia cursos de capacitação para os professores e partir de 2010, iniciou um trabalho de conscientização com as escolas para avançar no processo de inclusão em classe comum dos alunos com deficiência. Segundo Santos (2003), inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena, dizendo respeito a



todo e qualquer sujeito. Assim, partindo desse princípio de direito universal, foram realizadas reuniões com as equipes gestoras, professores das salas de recursos e os responsáveis pelos alunos matriculados, objetivando o término das classes especiais e o aumento das salas de recursos.

Porém, as classes especiais só seriam efetivamente encerradas, se todos, os alunos, que ali se encontravam matriculados fossem incluídos. No entanto, havia um grupo de alunos jovens e adultos que já estavam nessas classes há muito tempo. Então, a Secretaria de Educação, no ano de 2012, optou por formar uma classe especial de EJA no turno da tarde, que funcionaria em uma escola regular, com o intuito de prepará-los para o momento da inclusão.

O projeto dessa turma durou um ano, após esse período foi feita uma reunião com os responsáveis dos alunos matriculados para comunicar que os mesmos seriam direcionados para classes de EJA, em uma escola regular no turno da noite. Alguns responsáveis demonstraram insegurança, porém compreenderam a importância de seus filhos conviverem com pessoas da mesma idade, além de contribuir para o amadurecimento, esse processo também proporcionaria possível desenvolvimento da autonomia e independência dos mesmos.

Após esse longo período de mudanças e desafios na educação especial do município, segundo relatos de profissionais da secretaria municipal de educação, hoje a rede conta com 13 salas de recursos e mais de 400 alunos incluídos. Atualmente não possui classes especiais ou escola especial. Desde julho de 2014, há a presença de intérpretes de LIBRAS para atender aos alunos surdos incluídos e cuidadores escolares para aqueles que exigem apoios especiais. Com a oferta dos cuidadores a demanda de alunos com deficiência aumentou na rede.

Observa-se que esse aumento da demanda de alunos incluídos tem ocorrido em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a Educação Infantil até a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Muitas são as especificidades desse alunado, portanto as adaptações e adequações no currículo desses indivíduos fazem-se necessárias.



Na Secretaria Municipal de Educação funciona a Coordenação de Educação Especial que gerencia a Educação Especial na perspectiva inclusiva nas escolas da rede. Faz assessoria aos professores das salas de recursos, intérpretes, cuidadores escolares e ETAP (Equipe Técnica, Administrativa e Pedagógica), além de proporcionar a formação continuada à rede de ensino nas questões pertinentes ao processo inclusivo de alunos com deficiência através de palestras e grupos de estudo.

Em uma pesquisa realizada por Fontes (2007), constatou-se que, embora os professores apresentassem um amplo conhecimento em relação ao conceito e aos processos de inclusão, seus discursos não conseguiam se efetivar na prática. Tal constatação reforça a importância da oferta de formação continuada a todos os professores da rede.

No ano de 2009, o Núcleo de Atenção ao Estudante – NAE, foi implantado no município permanecendo até início de 2018, onde foi reformulado, inclusive tendo seu nome modificado para CAEEQ - Centro de Atendimento Educacional Especializado de Queimados. Este centro tem como finalidade dar suporte pedagógico diferenciado aos alunos com dificuldades severas na aprendizagem. São oferecidas, atualmente, as seguintes oficinas pedagógicas: Leitura e escrita, Consciência fonológica, Raciocínio lógico, Movimento, Artes, Estimulação Infantil e EJA, além de um grupo de apoio à família – GAF.

A participação nas oficinas ocorre a partir do encaminhamento da escola, isto é, a unidade escolar deve preencher uma ficha própria, com questões referentes à rotina, dificuldades e potencialidades do aluno e entregar ao setor de Educação Especial na Secretaria de Educação. Após este trâmite, as fichas são levadas ao CAEEQ, onde o aluno passa por uma avaliação realizada por uma pedagoga, que o direciona para a oficina que trabalhará especificamente as dificuldades verificadas.

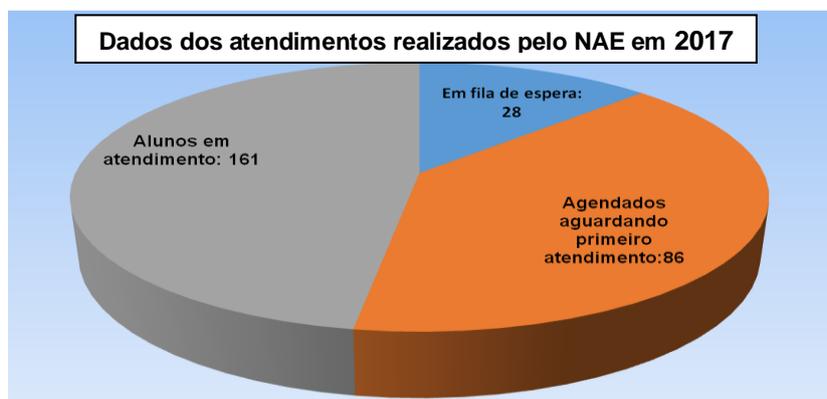
Se durante a avaliação inicial for verificada a necessidade de avaliação médica, a profissional do CAEEQ fará o encaminhamento para rede municipal de saúde. O trabalho desenvolvido nesse centro difere do Atendimento Educacional



Especializado (AEE), pois busca através das oficinas pedagógicas centralizar as dificuldades do aluno para posteriormente saná-la, isto é, caso ele tenha dificuldades no processo de alfabetização e dificuldades motoras, por exemplo, ele será encaminhado para duas oficinas e receberá atendimento específico para ambas. Já o AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (BRASIL, 2008a).

Com o aumento da demanda de alunos com deficiência, notadamente a procura pelo atendimento oferecido no CAEEQ também aumentou. Segundo o gráfico dos atendimentos de 2017, quando ainda era denominado NAE, o aumento da procura ocasionou uma fila de espera para os atendimentos. Segundo relatos das Implementadoras Pedagógicas, as equipes das escolas perceberam avanços significativos após o período de atendimento dos alunos nas oficinas pedagógicas.

Gráfico 1: Dados dos atendimentos realizados pelo NAE em 2017



Fonte: NAE (2017)

Com a expansão da política de Educação Inclusiva no município, surgiram algumas preocupações, dentre elas a de desenvolver estratégias pedagógicas individualizadas para garantir o aprendizado dos alunos com deficiência. Sendo assim, em meados do ano de 2017, foi iniciado o processo para elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado – PEI. Foram realizados



encontros com os professores das classes regulares, salas de recursos, Orientadores e Palestrantes, a fim de nortear a construção do documento.

O PEI é uma ferramenta utilizada para a individualização do ensino, construído com as comunidades escolares, demais profissionais, familiares e o próprio aluno, um programa com metas acadêmicas e sociais que atendam às necessidades e singularidades do sujeito (GLAT, 2012; GLAT; VIANNA; REDIG, 2012). Neste ano de 2018, o PEI, já está sendo implementado no município, este é um grande avanço em direção à melhoria da qualidade do que está sendo oferecido aos alunos com deficiência incluídos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Não precisamos escolher entre a socialização e as amizades nas classes de ensino regular e uma educação de qualidade nas classes especiais. Podemos proporcionar uma educação de qualidade nas classes de ensino regular. (STRULLY; STRULLY, 1989, p. 77)

Analisando o percurso da inclusão no município de Queimados, constatamos que o seu sistema educacional está avançando para ter uma estrutura adequada para atender e oferecer uma educação de qualidade na escola regular aos alunos incluídos.

Observa-se a necessidade de investimentos em cursos e capacitações para os Professores da rede municipal de ensino. Quando o aluno com deficiência é incluído, uma rede de inclusões acontece à sua volta: a família não mais se isola e não toma somente para si a responsabilidade; a escola volta-se para novas discussões e construção de novas estratégias pedagógicas.

Ao longo dessa pesquisa, abordamos a questão da política de inclusão, no entanto, acreditamos que para que ocorra, de fato, a inclusão escolar do aluno com deficiência, exige-se, prioritariamente, uma mudança de olhar da sociedade com relação às suas ditas minorias. É impossível praticarmos aquilo que não acreditamos, tampouco aceitamos. Como afirma Lima (2010, p.65):



A postura da sociedade humana, que ora conhecemos, é excludente, desrespeitosa dos direitos de seus membros, subsiste sob uma ótica de “normalidade” e não de uma ética de reconhecimento, de respeito e observância das diferenças inerentes à humanidade.

Possuir ou adquirir uma deficiência ao longo da vida não significa tornar-se deficiente, no sentido de ser incapaz, mas sim de ter de se adaptar às novas possibilidades. A falta de audição ou de visão, por exemplo, não torna uma pessoa mais ou menos normal que outra que possua esses sentidos. Elas apenas se diferem em suas “características”. O intuito dessa reflexão não é o de banalizar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência nesse município e sim de reforçar a ideia de que, a deficiência não deve ser apontada como a razão para a exclusão.

Notadamente percebemos a necessidade da existência de Escolas Inclusivas não apenas no município de Queimados. Como já constatado, muito ainda há por fazer para que a inclusão não seja apenas uma questão de “modismo”, isto é, ela não é uma mera teoria de momento. A inclusão é uma atitude de vida, uma expressão de cidadania da sociedade e, como diria Lima (2010), a compreensão de que todos os homens, mulheres e crianças são, sem distinção, humanos.

É importante ressaltar que, quando falamos em escola inclusiva não nos referimos à “escola ideal”. Referimo-nos sim a uma instituição que, mesmo com seus tropeços, busca, de fato, acolher os alunos com deficiência, assim como sua família, seus professores e demais profissionais. Fica evidente que todas as lutas em prol dos Direitos da Pessoa com deficiência no município não foram em vão. Para dar continuidade a essa trajetória, necessitamos romper com antigos tabus, preconceitos e discriminações, o que nos daria a oportunidade de vislumbrar essa inclusão não apenas como uma “utopia”.

Finalizamos com uma reflexão de Lima (2010, p. 63), que resume o que buscamos abordar nesta pesquisa:

deve ficar claro, então, que inclusão é um processo de transformação, contínuo, que deve ser consciente e que deve começar pela transformação em nós, para emanarmos, para os outros, através de nossas ações concretas, éticas e conscientes.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação? In: Revista Educação e Contemporaneidade. pp.95-103. v. 22, n.40. Salvador: FAEEBA, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 4, de 02/10/09. Institui Diretrizes Operacionais para o AEE na Ed. Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.571 de 18 de setembro de 2008a. Disponível no site [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acessado no dia 30 de julho de 2018.

FILHO, N. H.; COSTA, C. P. O. Queimados: imagens de uma Cidade em Construção – Queimados: Asamih, 2014.

FONTES, R.S. A Educação Inclusiva no Município de Niterói (RJ): das propostas oficiais às experiências em sala de aula – o desafio da bidocência. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

GLAT, R. A Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva: diretrizes políticas e ações pedagógicas. Relatório Científico do projeto CNPQ 2010-2012. Rio de Janeiro, 2012.

GLAT, R. Educação inclusiva na rede municipal de educação do Rio de Janeiro: estudo etnográfico do cotidiano escolar e desenvolvimento de estratégias pedagógicas de ensino aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais em classe regular. Relatório Científico das fases um e dois do projeto Prociência 2005/2008. Rio de Janeiro, 2008.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Ciências Humanas e Sociais em Revista, p. 79-100, v. 34, n. 12. 2012.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Zahar editora, Rio de Janeiro, 1989.

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS, Secretaria Municipal de Educação, 2002.

LIMA, F. Ética e inclusão: o status da diferença. In: MARTINS, L. A. R. et al. (Orgs.). Inclusão: Compartilhando Saberes. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.



LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MANOEL, B. C. L. Alfabetização e letramento: um estudo sobre práticas docentes no Município de Queimados. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) – Universidade do Grande Rio, 2013.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise. Trabalho de Livre-docência em Educação, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP – Marília), 2008.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUEIMADOS, 2009.

PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Editoras NAU & EDUR, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, M. P. Formação de professores no contexto da inclusão. Paradoxa - Projetivas múltiplas em Educação – Ano IX – n. 15/16 – jan/dez 2003.

SASSAKI, R. K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: 1997, WVA.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STRULLY, S.; STRULLY, C. Friendships as na educational goal. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, M. F. (Orgs.). Educating all students in the mainstream of regular education. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co, 1989.